



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Elizama Alves de Souza

**DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RACIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA
ANÁLISE DOS INDICADORES DOS ANOS DE 2020 E 2021**

Rio de Janeiro
2023

Elizama Alves de Souza

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RACIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA
ANÁLISE DOS INDICADORES DOS ANOS DE 2020 E 2021

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde
Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-
Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso
Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Ingrid D'avilla Freire Pereira

Rio de Janeiro- RJ
2023

ELIZAMA ALVES DE SOUZA

DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RACIAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: UMA
ANÁLISE DOS INDICADORES DOS ANOS DE 2020 E 2021

Monografia apresentada à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para
Aprovação no Curso Técnico em Gerência em
Saúde.

APROVADO EM __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

INGRID D'AVILLA FREIRE PEREIRA
EPSJV/FIOCRUZ

[NOME DO/A PROFESSOR/A CONVIDADO/A]
[INSTITUIÇÃO DO CONVIDADO]

[NOME DO/A PROFESSOR/A CONVIDADO/A]
[INSTITUIÇÃO DO CONVIDADO]

RIO DE JANEIRO
2023

*Dedico esse projeto a todas as minhas
Versões dentro de mim que não desistiram.*

AGRADECIMENTOS

Primordialmente, gostaria de agradecer a Deus por me dar essa oportunidade de ingressar na “Poli”.

Agradeço à minha família, especialmente a minha mãe que me apoiou em toda a etapa e me aconselhava a não desistir.

Agradeço à Poli por me proporcionar amigos que levarei a vida toda e viver essa experiência de vivenciar este projeto, conhecer esse novo mundo de oportunidades e novidades.

Aos meus amigos, que tive o imenso prazer de conhecer e me apoiaram todos os dias.

Agradeço a mim mesmo, pelo empenho no projeto, e à minha orientadora que me apoiou desde o começo, com paciência e amor.

Para mais, sem vocês, que formaram o pilar para passar esses longos quatros anos da minha vida, e que pode acompanhar a minha metamorfose.

Se a educação sozinha
não transforma a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

Este projeto visa problematizar e compreender as desigualdades educacionais no estado do Rio de Janeiro. Com base nos indicadores e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), destaca o recorte de raça como expressão dessas desigualdades. A metodologia constitui-se de abordagem quanti-qualitativa, com o levantamento e análise de dados, bem como, revisão de literatura. Os indicadores educacionais do estado do Rio de Janeiro revelam dificuldades sistêmicas. A análise do Exame Nacional de Ensino (ENEM) nos anos de 2020 e 2021 evidencia que a população negra teve maior dificuldade para ter acesso à educação básica no contexto da pandemia, mas também maior dificuldade para inscrição no exame e, por conseguinte, prejuízo no acesso à Universidade. Considerando as barreiras de acesso à população negra e pobre, garantir o direito previsto na Constituição só pode ocorrer mediante uma educação mais equânime.

Palavras-chave: Educação básica, desigualdades educacionais, racismo.

APRESENTAÇÃO

Sou uma jovem negra, que mora na zona norte do Rio de Janeiro. Nascida e criada na cidade maravilhosa, sempre estudei em escolas públicas. Somente em um período curto de alguns meses estudei em uma escola particular, pois minha família havia se mudado e não tinha escola pública perto.

Sempre fui uma “boa estudante”, com assiduidade e notas altas. Porém, quando cheguei ao ensino médio, inicialmente na escola da Fundação de Apoio à Escola Técnica (Faetec) e, depois na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), tive algumas dificuldades, sobretudo em relação ao transporte público. Passou a ser comum sentir-me cansada e, com isso, ter dificuldade nos estudos.

Quando cheguei na EPSJV muitas coisas na minha rotina como estudante foram modificadas. Precisei lidar com algumas notas baixas, o que estava fora da minha experiência e das minhas metas. Mas, com relação à estrutura da Escola, sem dúvidas, a melhor escola em que já estudei. Percebi na prática, a partir da minha experiência como estudante de diferentes escolas, que a qualidade da educação pública no Rio de Janeiro não é tão maravilhosa quanto o slogan da cidade. Aprendi com os outros colegas e professores que a educação pública, de qualidade, pode mudar a visão das pessoas, mudar seus caminhos e construir novos rumos. Infelizmente essa possibilidade não faz parte do cotidiano de todos os estudantes cariocas e, até mesmo, brasileiros. E, em função disso, quando passei a formular o Projeto Trabalho, Ciência e Cultura, tive o interesse de estudar e compreender melhor como a educação é oferecida nesse estado onde vivo.

Sempre ouvi que a educação não é tão valorizada pelos governantes. As consequências dessa falta de investimento prejudicam diretamente os mais pobres, os negros e a população que vive nas favelas. Como o tema me causa muito incômodo, não poderia deixar de estudá-lo a partir desse trabalho. E, como estudante da habilitação técnica de gerência em saúde, pensei em buscar dados que explicassem melhor as dificuldades na oferta da educação básica.

Diante disso, proponho neste projeto estudar os indicadores educacionais sobre os problemas na oferta educacional do Rio de Janeiro, especialmente a partir do recorte de raça, onde a maior parte destas desigualdades se expressam.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -Variável- Esperança de vida ao nascer (Anos)- Ano de edição da projeção 2020 e 2021	17
Tabela 2 -Distribuição percentual da população residente no estado do e no Rio de Janeiro segundo cor ou raça no ano de 2021:	18
Tabela 4 -Taxa de Distorção Idade-Série por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Medio - PRIVADA	20
Tabela 4 - Taxa de Distorção Idade-Série por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio - , Regiões Geográficas e Unidades da Federação- PÚBLICA	21
Tabela 5 - Número de Inscritos no Enem por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2020 e 2021	25
Tabela 6: Número de Inscritos no Enem por cor ou raça - 2020 e 2021	26

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CF- Constituição Federal

DIS- Índice de Distorção de Idade-série

ENEM- Exame Nacional do Enem

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC- Ministério da Educação

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. OBJETIVOS.....	14
2.1 OBJETIVO GERAL.....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	14
3. METODOLOGIA.....	15
4. AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RACIAIS NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19	16
5. O ENEM NOS ANOS 2020 E 2021 SOB UMA PERSPECTIVA RACIAL	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo é um elemento constituinte e ordenador da vida social, influenciando a estruturação das políticas públicas e os modos de vida das populações.

Uma das características do capitalismo seria a estruturação de políticas desiguais, a forma como é conduzido o capitalismo reflete, as classes sociais, de modo divergente. A perspectiva, que norteia o sistema mercantil, no qual tem poder é o que controla, sendo umas das funções do capital a “sua capacidade de manipular o trabalho humano, de gerar riqueza sem limites e pobreza em grande escala é um forte componente de tensão política na vida individual e coletiva” (CIAVATTA, , 2021 p. 4).

A educação é um direito constitucional. De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988: “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (p.166)”.

Para assegurar esse direito, o governo e as famílias têm o dever de garantir o acesso e a permanência dos estudantes em todas as etapas de formação, em especial, na educação básica, o que exige grandes desafios para a formulação de políticas públicas em vários setores.

De acordo com Haddad (2012, p.217): “a educação, em todas as formas e em todos os níveis, deve ter quatro características: disponibilidade, acessibilidade material e acessibilidade econômica, aceitabilidade e adaptabilidade.” Ou seja, a qualidade dos sistemas educacionais está relacionada a estas características.

Embora o acesso à educação venha se ampliando nas últimas décadas, há problemas na qualidade do ensino que são históricos.

São vários fatores que contribuem, negativamente, na qualidade da educação básica: a falta da formação inicial e continuada do professor, inadequação do ambiente, carência de materiais de suporte pedagógico, número excessivo de alunos por sala, baixa remuneração dos professores, carga horária excessiva, curta jornada escolar das crianças e das jovens recomendadas nos estudos educacionais (BASTOS, p.2 2017).

Ao abordar o tema da educação, priorizamos indicadores sobre a educação básica, em especial o ensino médio e a transição para a universidade a partir do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), uma vez que corresponde à juventude importante fase de produtividade e transformação

nas estruturas da sociedade. No que se refere ao ensino médio no , observa-se de acordo com Nascimento (2009) que “historicamente, o Ensino Médio no se caracteriza pela dualidade estrutural, que estabelece políticas educacionais diferenciadas para as camadas sociais distintas, definidas pela divisão social do trabalho.”

Os jovens precisam estar cursando o período básico, mas não é possível quando o estado age de forma genocida e mata crianças negras. Logo, elas perdem a continuidade de conquistar seus sonhos através dos estudos. De acordo com Gomes (2019, p.6)., em 2017, 75,5% das vítimas de homicídio eram pretas ou pardas. Entre os adolescentes e jovens de 15 a 19 anos do sexo masculino, os homicídios foram responsáveis por 59,1% dos óbitos.

O longo passado escravagista e colonialista no Brasil produz consequências negativas à diversidade e igualdade na educação.

Sequer tocam no fato de que a configuração das classes tem também como base a exploração racial. Não pontuam que a formação da classe trabalhadora em nosso país, assim como o processo de exclusão social, implantado pelo capitalismo, estão intimamente ligados à escravidão, e nem analisam que a economia brasileira e o enriquecimento das elites se construíram sob a exploração do trabalho escravo. Nem mesmo falam sobre a resistência negra durante e após a escravidão. Não reconhecem o protagonismo do Movimento Negro, de Mulheres Negras, Quilombolas e da Juventude Negra. (GOMES, 2021, p.10).

Como uma das marcas das desigualdades na sociedade brasileira, merece destaque a dualidade estrutural da educação no refere-se à “para quem” está sendo atribuído o ensino. As condições financeiras estão diretamente ligadas à qualidade da educação e as possibilidades posteriores. Esse problema é histórico, como demonstra a professora Ana Margarida Campello:

no , essa diferenciação se concretizou pela oferta de escolas de formação profissional e escolas de formação acadêmica para o atendimento de populações com diferentes origens e destinação social. Durante muito tempo o atual ensino médio ficou restrito àqueles que prosseguiram seus estudos no nível superior, enquanto a educação profissional era destinada aos órfãos e desvalidos, os ‘desfavorecidos da fortuna’ (CAMPELLO, 2008 [s.p]).

Neste sentido, a classe social vai definir possíveis horizontes das trajetórias educacionais de acordo com as possibilidades de cada classe:

[...] de um lado formarão os exploradores representados por uma elite minoritária, mas cujo poder é avassalador e por outro a exploração representada por uma massa que embora tenha alguns com diplomas de segundo e até mesmo nível superior, a

sua maioria no geral é formada por analfabetos funcionais. (CAMPELLO, 2008 [s.p]).

Há diferenças importantes com relação à oferta educacional em cada região ou mesmo estado brasileiro. Moelech (2018) afirma que, ainda no ano de 2009, o então chamado segundo grau do Rio de Janeiro ficou entre os últimos colocados nos indicadores da qualidade de ensino, o que demonstra que os problemas são históricos nesse território. No mesmo período, observou-se que “o índice de aprovação do Ensino Médio do Estado do Rio de Janeiro é baixo, estando conjugado a altos índices de reprovação e abandono.” (RIO DE JANEIRO, 2009 p.14).

Afirmar que a educação é um direito não é suficiente, pois, para assegurá-lo é preciso definir políticas públicas que garantam o acesso de maneira igualitária. As análises desta primeira década dos anos 2000 destacam que

desde 1995, o desempenho médio dos estudantes vem apresentando queda de 10% ao ano. Essa queda é dada exclusivamente pela queda de desempenho dos estudantes de escolas públicas, visto que o desempenho dos estudantes das escolas privadas apresentou aumento de 2,3 pontos para o período (SAMPAIO; GUIMARÃES, 2009, p.46).

As origens das desigualdades educacionais são históricas e se devem a razões que decorrem da formação social brasileira. Para compreender a relação entre as desigualdades sociais e a educação é necessário olhar, portanto, para a escravidão e suas consequências.

A pesada herança da escravidão tem consequências de longo prazo para a evolução do sistema educacional porque cria problemas específicos para a extensão do acesso à escola. De um lado, pelas mudanças de tradições, valores e hábitos exigidas de uma população para a qual a normal de vida nem integra sua tradição cultural. De outro lado, pela resistência das elites tradicionais em estenderem a cidadania a escravos e ex-escravos e, portanto, pela dificuldade em aceitarem e promoverem o ideal da escolarização universal como fundamento das políticas públicas (GOLDEMBERG, 1993, p.66- 67).

A falta de investimento do governo, resulta em desigualdade social e evasão escolar. Por isso, estudar o ensino médio, sobretudo, a partir das características de exclusão da escola é relevante para a análise da política educacional. Ao garantir a integração nas escolas, as políticas públicas, tem que gerar meios de fornecer e incentivar a permanência de modo integral. O racismo estrutural, precisa ser reconhecido e enfrentado, especialmente a partir de sua relação com a educação, como propõe esse trabalho.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever desigualdades educacionais e raciais no estado do Rio de Janeiro a partir dos indicadores do ano de 2021.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos são:

- Problematizar as desigualdades educacionais no estado do Rio de Janeiro;
- Discutir as desigualdades educacionais a partir da questão racial.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi realizado por meio de análise quanti-qualitativa, em que a análise de dados foi correlacionada à revisão bibliográfica com uma visão crítica sobre a educação brasileira. A busca dos indicadores foi realizada por meio das plataformas do IBGE e INEP. Para a revisão da literatura realizamos busca nas bases de dados Scie-lo e Google Acadêmico, tendo como referência os descritores desigualdades educacionais e desigualdades educacionais e racismo.

Foram analisados, complementarmente, indicadores escolares disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios COVID-19, informativo Desigualdades Sociais por Cor/Raça no , indicadores produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e a Sinopse Estatística do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que é a síntese das principais informações coletadas junto aos seus inscritos e da aplicação do exame na edição de 2021.

4. AS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS E RACIAIS NO RIO DE JANEIRO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Neste capítulo, o foco é apresentar as características principais do estado do Rio de Janeiro que possam elucidar os desafios da política educacional.

A população do estado do Rio de Janeiro tem 6.718.903 indivíduos, contribuindo com 26% da população nacional. As pessoas que se declaram indígenas, são 6.764 habitantes, correspondendo a 0,04% da população do estado do Rio de Janeiro. O estado possui 11 localidades quilombolas, ou seja, 9,4% da unidade federativa (IBGE, 2022).

A faixa etária com maior número de pessoas nesse estado, é de moradores com 0 a 29 anos, sendo 43,5% da população, seguido por pessoas com 30 a 59 anos com 41,6% e mais de 59 anos somente 14,8%. Como a maior parte da população do estado é jovem, os desafios para a construção da política educacional são ainda maiores (IBGE, 2010).

A esperança de vida ao nascer no estado do Rio de Janeiro apresenta semelhança nos valores totais e na diferença de gênero, 73 anos para os homens e 80 anos para mulheres, que possuem maior esperança de vida do que os homens.

Tabela 1: Variável- Esperança de vida ao nascer (Anos)- Ano de edição da projeção 2020 e 2021 .

Unidade geográfica	Anos	Homens	Mulheres
	2020	73,26	80,25
	2021	73,5	80,46
	2020	73,97	80,39
Rio de Janeiro	2021	74,27	80,59

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica.

Os homens estão predestinados a viver a uma faixa de 73 a 74 anos, inferior à idade das mulheres que é de 80 anos. Isso ocorre porque na juventude muitos homens morrem cedo, além disso, eles exercem menos o seu direito de acessar os serviços de saúde do que as mulheres. “Concepções

estas que, ao enfatizarem a noção de que os homens não são educados para o cuidado, dificultam o reconhecimento de necessidades de atenção à saúde e os tornam mais propensos a condutas e hábitos de vida que podem interferir em suas condições de saúde” (BARROS, 2018 p.425).

A tabela abaixo (nº 2) refere-se à distribuição da população brasileira de acordo com a autodeclaração de raça/cor. A maioria da população se autodeclara como preta (8,8%) ou parda (47,5%). Ao comparar os dados do estado do Rio de Janeiro com os da realidade nacional, percebe-se que a população que se autodeclara branca neste estado é maior do que a população nacional, totalizando mais de 15 milhões de habitantes (53,1%). Enquanto isso, pretos e pardos, representam, respectivamente, 11,4 % e 35,1%.

Tabela 2 -Distribuição percentual da população residente no estado do e no Rio de Janeiro segundo cor ou raça no ano de 2021:

Unidade geográfica	Cor ou Raça	Total:100
	Branco	42,8
	Pretos	8,8
	Pardos	47,5
Rio de Janeiro	Branco	53,1
	Pretos	11,4
	Pardos	35,1

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, acumulado de primeiras visitas, exceto 2020-2021, acumulado de quintas visitas, devido à pandemia de Covid-19.

Olhar estes indicadores exige uma compreensão sobre as condições de vida da população nesse estado. Na pesquisa realizada, por Corossacz (2014), discute-se que o número de negros morando m bairro nobre na capital do estado é muito menor comparando ao de brancos “no momento da entrevista, sete homens viviam em um edifício em que havia um morador negro” (COROSSACZ,2014, p.18).

Os bairros em que residem os entrevistados fazem parte da Zona Sul, região mais rica e valorizada da cidade, mesmo com a presença de numerosas favelas, enquanto a Zona Norte é a região menos valorizada. Na cidade do Rio, a distribuição dos grupos de cor varia segundo as regiões: na Zona Sul, pardos e negros são apenas 16% da população; os brancos formam 84%, mas em alguns bairros o percentual de brancos chega a 93% (Corossacz, 2014, p.18)

O Estado do Rio de Janeiro ocupa o lugar de segunda maior economia em decorrência de seu parque industrial e turismo, uma vez que a capital do Estado é reconhecida internacionalmente como “a cidade maravilhosa” (PEDAGÓGICO, 2019, p.29).

Entretanto, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do Rio de Janeiro expressa preocupações. Trata-se de um “indicador sintético que relaciona as taxas de aprovação escolar, obtidas no Censo Escolar, com as médias de desempenho em língua portuguesa e matemática dos estudantes no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)” (BRASIL, 2021b[s/p.]). Em comparação aos demais estados da Região Sudeste, os resultados do IDEB no ano de 2021 revelam que o Rio de Janeiro está o pior avaliado na região, com nota de 5,7. Estados como São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo alcançaram avaliações melhores, respectivamente: 6,3; 6,1 e 6,0 (, 2022).

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica (2021) o índice de distorção de idade-série (DIS) é maior em escolas públicas de ensino médio, sendo os anos iniciais com o maior índice. As taxas de distorção do ensino médio são mais elevadas na rede pública do que na privada. Na rede pública, considerando as três primeiras séries dessa etapa, a maior distorção é observada no primeiro ano de ensino médio (BRASIL, 2021a).

Importante enfatizar este indicador pois revela dificuldades para a qualidade na educação, como aponta Santos (2020, p.168):

A pesquisa aponta que a situação de DIS é um problema predominantemente das escolas públicas, causado, sobretudo, pela reprovação, abandono e entrada tardia na escola. Logo, a DIS revela a face excludente da educação capitalista de boa parte dos alunos da educação pública. Nesse processo, muitos têm suas vidas marcadas pelo insucesso, uns por ficarem pelo caminho; outros por passarem por sucessivas reprovações e serem excluídos, ainda que dentro do sistema, fadados como incapazes, com dificuldades em avançar, repetentes(...) (SANTOS, 2020, p.168)

A respeito da distorção idade-série, “estudantes de cor/raça indígena, preta e parda tendem a ser mais prejudicados no que se refere à taxa de distorção idade-série, tanto no meio urbano, quanto no meio rural” (RODRIGUES, 2019, p.16).

Nas tabelas 3 e 4, descritas abaixo, estão demonstrados os dados sobre a distorção idade-série e é importante mencionar que o foco do projeto é nas três primeiras séries do ensino médio. No ano de 2021, a distorção idade-série foi maior na 1ª série do ensino médio das escolas públicas rurais, comportamento também observado na região Sudeste e no Rio de Janeiro. No estado do Rio de Janeiro os valores de distorção idade-série nas escolas públicas (urbanas e rurais) superaram os números encontrados na região Sudeste.

Tabela 3: Taxa de Distorção Idade-Série por Localização e Dependência Administrativa Privada, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio - , Regiões Geográficas e Unidades da Federação – 2021.

Unidade geográfica	Dependência administrativa	Localização	1ª série do Ensino Médio	2ª série do Ensino Médio	3ª série do Ensino Médio
	Privada	Urbana	6,2	6,3	5,3
	Privada	Rural	23,9	21,8	20,8
Sudeste	Privada	Urbana	5,9	6,0	5,3
	Privada	Rural	14,2	15,3	13,2
Rio de Janeiro	Privada	Urbana	10,1	10,2	9,1
	Privada	Rural	9,6	9,3	10,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep · Taxas de Distorção Idade-série, 2021.

Tabela 4: Taxa de Distorção Idade-Série por Localização e Dependência Administrativa Pública, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio - , Regiões Geográficas e Unidades da Federação – 2021.

Unidade geográfica	Dependência administrativa	Localização	1ª série do Ensino Médio	2ª série do Ensino Médio	3ª série do Ensino Médio
	Pública	Urbana	26,3	28,7	26,4
	Pública	Rural	36,5	39,1	39,3
	Pública	Urbana	21,0	22,1	17,6

Sudeste	Pública	Rural	24,7	23,3	21,1
Rio de Janeiro	Pública	Urbana	36,2	38,8	35,3
	Pública	Rural	41,9	41,6	37,0

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep · Taxas de Distorção Idade-série, 2021.

Vale ressaltar, que os meninos em comparação às meninas, encaminham mais a evadir as escolas. Conseqüentemente os meninos tendem a ser mais vulneráveis ao abandono escolar, distorção de idade e série e evasão escolar.

Nas escolas públicas rurais do Rio de Janeiro, a distorção é de 38,6%, nas escolas públicas urbanas é de 35%. Isto, reflete a falta de estrutura das escolas rurais.

Este quadro revela que ao longo da história da educação brasileira, o Estado sempre negligenciou, silenciou, (e/ou) abandonou a Educação Rural (Leite, 1999). O que justifica esta prática foi a ideologia urbanocêntrica e metropolitana que entendia ser necessário superar o nosso caráter rural, para que o País entrasse na modernidade; daí que, nesta lógica, não se concebia ser necessário políticas de Estado para as áreas rurais, relegando-as ao abandono, ao esquecimento, ao silenciamento e ao desinteresse, pelas práticas pedagógicas e saberes/fazeres ali desenvolvidos (SOUZA, et.al ,2011, p.158,).

No que se refere a um olhar mais recente, no contexto da pandemia de Covid-19, percebe-se que indicadores sociais e econômicos de cada estado interferem nos indicadores educacionais. A qualidade da educação sempre foi um desafio no, mas considerando a experiência mais recente, com a pandemia de Covid-19, os impactos se ampliaram, especialmente, às populações mais vulnerabilizadas e pobres. O IBGE ressaltava esse efeito

Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID-19, coletada entre maio e novembro de 2020 (com perguntas complementares sobre educação, aplicadas no último mês de coleta), evidenciaram que as condições desiguais de oferta de atividades escolares e de acesso a essas atividades, tanto em função do tempo dedicado às atividades quanto da presença de infraestrutura tecnológica adequada para o estudo na residência, prejudicaram principalmente os alunos da rede pública, estudantes com menor renda, maioria de pretos ou pardos, moradores da zona rural e das Regiões Norte e Nordeste do País. (IBGE, 2022)

5. O ENEM NOS ANOS 2020 e 2021 SOB UMA PERSPECTIVA RACIAL

Esse tópico tem como objetivo fazer com que o leitor compreenda os pilares que desencadeiam a desigualdade na inserção ao Enem, em especial, no contexto da pandemia de Covid-19.

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998. O intuito do exame é avaliar o ensino e constituir porta de entrada para adentrar nas faculdades, após o término do ensino médio. Este processo seletivo é abrangente, tem grande importância na vida de jovens brasileiros para mudar de vida dos mesmos. A utilização dos resultados do Enem em processos seletivos para o ensino superior é um dado relevante (OLIVEIRA, 2016, p.281).

Ao mesmo tempo em que o Enem foi criado para melhorar o acesso ao ensino superior, deve-se considerar que a educação básica brasileira ainda está estruturada para manter desigualdades. “Desse modo, considera-se o Enem um exame complexo, porque se sabe que as escolas públicas não estão preparando seus alunos para tal avaliação. E isto, provavelmente, terá reflexos na obtenção dos resultados dos alunos na prova” (ANTUNES, et al, 2017 p. 5).

Diversas desigualdades educacionais marcam a experiência brasileira. A população mais pobre e negra tem maiores restrições para acessar o ensino médio, conseqüentemente, limitando a possibilidade de um acesso equânime pelo Enem, como pode ser visto no que registra DIAZ (2010).

Em uma sociedade com oportunidades desiguais normalmente se verifica um baixo grau de mobilidade social e elevada persistência intergeracional de pobreza, pois a condição socioeconômica de cada indivíduo acaba condicionada basicamente pela condição socioeconômica de sua família ou do grupo ao qual pertence. (DIAZ, 2010 p.122)

Segundo Figueirêdo (2014) há na trajetória temporal do ensino médio maior desigualdade de oportunidades. Como forma de intensificação das desigualdades educacionais, no contexto da pandemia de Covid-19, as desigualdades étnico-raciais no ensino médio ficaram ainda mais evidentes.

No ano de 2020 registraram-se cerca de 5.783.133 inscrições no Enem, mas no ano seguinte (2021), nota-se que houve uma queda significativa, alcançando apenas 3.389.832 inscrições. Houve também diminuição no Sudeste, com redução de 840.543 inscritos, e no estado do Rio de Janeiro com redução de 148.790 inscritos em apenas um ano. Nesse sentido, houve, no

contexto da pandemia de Covid-19, quebra na tendência de democratização do Exame (IBGE, 2021).

Um dos pontos que afetou foi: “a mudança na data da prova, falta de preparação adequada dos candidatos, receio dos inscritos em contrair o coronavírus e questões econômicas dos estudantes” (WEBER, 2022, p. 9).

O ensino a distância ao longo da covid-19 com um governo antidemocrático produziu um cenário avassalador. A falta de planejamento para o cenário de pandemia reforça a ideia de Zanardi“... a pandemia torna evidente como a educação escolarizada no país é alicerçada num sistema excludente e, ainda, revela como o ENEM soma-se na promoção deste sistema.(ZANARDI et al, 2020, p . 25).

Tabela 5 - Número de Inscritos no Enem por Região Geográfica e Unidade da Federação - 2020 e 2021

Região Geográfica	Anos	Números de inscritos
	2020	5.783.133
	2021	3.389.832
Sudeste	2020	1.982.112
	2021	1.140.569
Rio de Janeiro	2020	386.684
	2021	237.894

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.

Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2020 e 2021. ia: Inep, 2021.

Entre 2010 e 2016, a proporção de pretos e pardos — grupos que juntos formam a população negra brasileira — entre os candidatos saltou de 51% para 60%, enquanto a parcela de brancos diminuiu de 43% para 35%. Porém, na comparação entre os anos de 2020 e 2021, evidenciada na tabela 6, descrita abaixo, percebe-se que as inscrições permitiram menor acesso para pretos e pardos. Os brancos foram menos afetados, com diminuição de 645 mil em comparação a pretos que foram 360 mil e pardos com 1,2 milhões.

Tabela 6: Número de Inscritos no Enem por cor ou raça - 2020 e 2021

Região Geográfica	Anos	Nao declarada	Branços	Pretos	Pardos	Amarelos	Indígenas	Total
	2020	116.883	2.007.637	771.744	2.720.500	128.523	37.846	5.783.133
	2021	71.149	1.362.256	411.302	1.457.454	68.491	19.175	3.389.832
Sudeste	2020	35.921	889.764	280.064	728.646	40.163	7.554	1.982.112
	2021	19.674	589.872	142.485	363.630	21.824	3.081	1.140.569
Rio de Janeiro	2020	8.556	153.677	74.209	142.861	6.101	1.280	386.684
	2021	5.098	110.838	41.510	76.814	3.050	584	237.894

Fonte: INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2020. ia: Inep, 2022. Disponível em <<https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem>>.

Além disso, no ano de 2021, houve maior recusa do INEP e MEC aos pedidos de isenção para o exame. “Apesar dos esforços da Frente, vários estudantes ficaram sem a isenção. Sem a possibilidade de arcar com os custos, eles foram impedidos de se inscrever no exame, ficando mais distantes do acesso à educação superior num momento de agravamento da diminuição de renda das famílias brasileiras.” (ALENCAR et al, 2021).

Ainda, havendo dificuldade de crescer no meio social e de trabalho que depende da educação, as barreiras em desenvolver não dependem de si próprios, mas de políticas públicas. Segundo Lima e Campos, “As ações afirmativas raciais não se justificam apenas pelo fato de os negros terem a condições piores de vida, mas sobretudo por terem menos chances de ascender socialmente.”

A Lei nº 12.711/201 de cotas abriu um novo horizonte para pessoas pretas e pardas, essa reparação histórica que ainda é um tabu abriu margens para que pudesse ter diversidades nas universidades do Brasil. Contudo, ainda há diferenças em presença de negros sendo alunos ou docentes.

Seguindo esta linha de raciocínio, o ENEM abre um novo horizonte tanto para o estudante quanto para o professor. “Na verdade, o que se pretende ressaltar é que o ENEM é um real

coadjuvante no processo de reestruturação da prática educativa, fornecendo ao professor informações sobre a necessidade discente muito além da sala de aula.” (OLIVEIRA, 2016 p.287)

A relação entre o capital e a educação é a formação do indivíduo introduzindo-se no âmbito social. Na qual o convívio irá depender do aprendizado e financeiro. Entretanto, a base do ensino não pode basear-se em ser sujeita a tais fatores. A autora Ciavatta, afirma igualmente

Um outro aspecto de nossa reflexão sobre o sistema capital e as teorias de sustentação do conhecimento é a educação no sentido de formação humana. Ambos são termos que se referem a uma realidade além da instrução ou treinamento, de processos de formação que podem ser parte da educação, mas aos quais a educação não pode ser subsumida. (CIAVATTA, 2021 p.3)

A economia é um pilar que interfere diretamente na educação. Portanto, vale levar em consideração que na sociedade em que vivemos, a renda da família irá se encaminhar na direção que o jovem pode alcançar. Diaz, afirma que

Em uma sociedade com oportunidades desiguais normalmente se verifica um baixo grau de mobilidade social e elevada persistência intergeracional de pobreza, pois a condição socioeconômica de cada indivíduo acaba condicionada basicamente pela condição socioeconômica de sua família ou do grupo ao qual pertence. (DIAZ, 2010 p.2,)

Fatores como a desigualdade socioeconômica e o nível de escolaridade dos pais interferem no resultado do jovem que realiza o Enem;

Os resultados indicam que quanto maior a escolaridade dos pais (mãe ou pai) e a faixa de renda familiar, maior será o desempenho dos indivíduos no ENEM, *ceteris paribus*. Ademais, constata-se que a influência da escolaridade dos pais é relativamente mais elevada quando estes possuem o ensino médio completo, mas não se graduaram no ensino superior. (MENDES, et.al, 2015.)

O capitalismo, tem características na educação, na qual implica na construção da desigualdade socioeconômica, sendo o primórdio que a luta de classes implica na formação e quem obterá o poder em suas mãos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi evidenciado como o estado do Rio de Janeiro precisa melhorar na educação básica, sobretudo, considerar aspectos como a distorção idade-série, desigualdade educacional e racial. Tais desigualdades foram intensificadas pela pandemia de Covid-19.

A análise do Exame Nacional de Ensino (ENEM) no ano de 2021 evidencia que a população negra teve maior dificuldade para ter acesso à educação básica no contexto da pandemia, mas também maior dificuldade para inscrição no exame e, por conseguinte, prejuízo no acesso à Universidade.

Considerando as barreiras de acesso à população negra e pobre, garantir o direito previsto na Constituição só pode ocorrer mediante uma educação mais equânime.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. C. et.al A Despreparação dos Alunos de Escolas Públicas Perante o Enem, 2017 Disponível em: https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/arq-idvol_48_1491425992.pdf Acesso em: 04 de outubro de 2023
- ALENCAR, Idilvan et al. NOTA OFICIAL – Baixo número de inscrições no Enem é tragédia para o 2021. Disponível em: <https://www.frentedaeducacao.org.br/nota-oficial-para-frente-parlamentar-mista-da-educacao-baixo-numero-de-inscricoes-no-enem-e-tragedia-para-o/> Acesso em: 10 de outubro de 2023
- BARROS, Camylla Tenório et al. “Mas se o homem cuidar da saúde fica meio que paradoxal ao trabalho”: relação entre masculinidades e cuidado à saúde para homens jovens em formação profissional. **Saúde e Sociedade**, v. 27, p. 423-434, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LYvZz3DxY4t83kVqV9wRNkN/abstract/?lang=pt> . Acesso em: 22 de outubro de 2020
- BRASIL, Constituição da República Federativa do [recurso eletrônico]. — 1ª : Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2020. 583 p. Disponível em: <https://www.gnsc.adv.br/wp-content/uploads/2020/05/Constitui%C3%A7%C3%A3o-da-Rep%C3%ABlica-2020.pdf>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2021. 1ª ed., DF: Inep, Brasil, 2021a.
- BRASIL, Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), Brasil, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> . Acesso em: 05 de outubro de 2022.
- BASTOS, M. J. Os Desafios da Educação eira. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 02, Ed. 01, Vol. 14, pp. 39-46 janeiro de 2017 ISSN:2448-0959. Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/educacao-eira>
- CAMPELLO, A. M. Verbetes: Dualidade Educacional. In: Pereira, I.B.; LIMA, J.C.F.. Dicionário da educação profissional em saúde. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/duaedu.html>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.
- Clavatta, M. (2021). Teoria e Educação nos Limites do Capital. *Educação & Realidade*, 46(3), e117659. Disponível: <https://doi.org/10.1590/2175-6236117659> Acesso em :14 de novembro de 2023.
- COROSSACZ, V. R. "Relatos de branquitude entre um grupo de homens brancos do Rio de Janeiro." *Revista Crítica de Ciências Sociais* 105 (2014): 43-64. Link de acesso: <file:///C:/Users/easouza/Downloads/rccs-5790.pdf> Acesso em :09 de setembro de 2023

DIAZ, Maria Dolores Montoya. Desigualdade de oportunidades no ensino médio: ENEM. Revista Economia & Tecnologia, v. 6, n. 3, 2010.

FIGUEIRÊDO, Erik; NOGUEIRA, Lauro; SANTANA, Fernanda Leite. Igualdade de oportunidades: Analisando o papel das circunstâncias no desempenho do ENEM. Revista Brasileira de Economia, v. 68, p. 373-392, 2014.

GOLDEMBERG, J. O repensar da educação no Brasil. Estudos avançados, v. 7, p. 65-137, 1993.
SAMPAIO, Breno Guimarães, Juliana. Econ. aplic., São Paulo, v. 13, n. 1, p. 45-68, JANEIRO-MARÇO 2009
link:<https://www.scielo.br/j/eco/a/5qKVPhTPX3t7R57487t5YsP/?format=pdf&lang=pt>

HADDAD, S. Verbete: direito à educação. In: Dicionário de Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel; ALENTEJANO, Paulo Alentejano; FRIGOTTO, Gaudêncio(Orgs). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/ Expressão Popular, 2012.

IBGE, Distribuição da população por município, referente a primeiro de julho de 2019 (estimada) e de 2010 (apurada no Censo Demográfico), associada ao número de casos confirmados de COVID-19, 2022 Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/paineis-sintese/> Acesso em: 07 de junho de 2023.

IBGE, Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101972> Acesso em: 10 de maio de 2023

IBGE -Esperança de vida ao nascer e Taxa de mortalidade infantil, por sexo, 2023. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/29502-em-2019-expectativa-de-vida-era-de-76-6-anos> Acesso em: 15 de junho de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatísticas do Exame Nacional de Ensino Médio 2021. ia: Inep, 2022. Disponível em:<https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/enem.>>.

LIMA, Márcia; CAMPOS, Luiz Augusto. Apresentação: inclusão racial no ensino superior impactos, consequências e desafios. Novos estudos CEBRAP, v. 39, p. 245-254, 2020.

MENDES, Bianca Drielly; KARRUZ, Ana Paula. Background familiar, desigualdade regional e o desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). In: I Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa do Campo de Públicas. 2015.

Ministério da Educação - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Nota Informativa do IDEB. ia, 2021. Disponível em:https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf . Acesso em: 05 de outubro de 2022.

MOELECHK, S. Políticas de Educação Integral Para o Ensino Médio no Rio de Janeiro: Políticas de educação integral para o ensino médio do rio de janeiro: uma ampliação do direito à educação? In: Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 145-169, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/moelechk.pdf>. Acesso em: 08/09/2022.

NASCIMENTO, M. N. M. ENSINO MÉDIO NO : DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, [S. l.], v. 15, n. 1, 2009. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2812> Acesso em: 5 out. 2022.

DE OLIVEIRA, Thiago Soares. O ENEM: breves considerações sobre importância avaliativa e reforma educacional. **Educação por escrito**, v. 7, n. 2, p. 275-285, 2016.

PEDAGÓGICO, PROJETO. Ciências Contábeis, 2019.

RIO DE JANEIRO. Plano Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Secretaria de Educação, 2009. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/181398/Plano_Estadual_Educacao.pdf Acesso em 20 de outubro de 2022

RODRIGUES, casos recorrentes de processo de reclassificação de alunos retidos por infrequência: a perspectiva da família, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/33290/1/TCC%20EDUARDO%20COM%20FICHA%20E%20ATA.pdf> Acesso em: 05 de junho de 2023

SAMPAIO, B.; GUIMARÃES, J. Diferenças de eficiência entre ensino público e privado no . Economia Aplicada, v. 13, p. 45-68, 2009. disponível em: <https://www.scielo.br/j/eco/a/5qKVPhTPX3t7R57487t5YsP/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 20 de outubro de 2022

SANTOS, V. P. dos; SANTOS, A. R. dos. RELAÇÃO ENTRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS DO CAMPO E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO. Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 166-184, 2020. DOI: 10.22481/reed.v1i2.7687. Acesso em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/7687>. Acesso em: 27 set. 2023.

SOUZA, Elizeu Clementino de et al. Sujeitos e práticas pedagógicas nas escolas rurais da Bahia: ações educativas e territórios de formação. Currículo sem fronteiras, v. 11, n. 1, p. 156-169, 2011.

WEBER NETO, N.; C. SOARES, R. .; REIS COUTINHO, L. .; SOARES TELES, A. . A Pandemia da COVID-19 impactou o ENEM? Uma Análise Comparativa de Dados dos Anos de 2019 e 2020. Revista Novas Tecnologias na Educação, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 223–232, 2022. DOI: 10.22456/1679-1916.126655. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/126655>. Acesso em: 22 out. 2023.

ZANARDI, Teodoro Adriano Costa; DE OLIVEIRA, Cleidiane Lemes; DOS SANTOS, Deisy Ferreira. ENEM EM TEMPOS DE PANDEMIA. Pedagogia em Ação, v. 13, n. 1, p. 25-36, 2020.